

Atlântico Expresso

Fundado por Victor Cruz - Director: Américo Natalino de Viveiros - Director-Adjunto: Santos Narciso - 3 de Fevereiro de 2020 - Ano: XXXII - N.º 1750 - Preço: 0,90 Euros - Semanário

Nota de Abertura

“Donos disto Tudo”!

Causou profunda estranheza a quem segue, dia a dia, com crescente descrédito e fundada incerteza o processo das Galerias da Calheta em Ponta Delgada, o facto de só agora a Câmara Municipal de Ponta Delgada (CMPD) ter dado “parecer favorável à candidatura da ASTA ao IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas relativa ao hotel que está previsto construir na Calheta Pêro de Teive, na freguesia de São Pedro”. Segundo a nota da autarquia publicada na imprensa local, “entre outros benefícios, está a isenção do pagamento do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis durante dez anos, após a conclusão da obra”.

Aqui não está em causa o direito da empresa promotora pedir tal isenção que, com certeza, está enquadrada na lei e deve ser comum a outros casos de investimentos do género. Nem pretendemos discutir se está bem ou mal que usando uma concessão de um espaço público ainda tenha de ter benefícios fiscais que deveriam ser concedidos apenas a investimentos totalmente privados, já que o IMI incide sobre “chão” e edificado e naquele caso o “chão” é apenas concessionado ao investidor, por permuta com outras obrigações.

Como a Câmara de Ponta Delgada – entidade licenciadora – prometeu celeridade no processo, há que supor que se só agora deram este “parecer favorável”, é porque só há pouco tempo ele foi pedido. Pergunta-se porquê!

Por outro lado adensa-se o mistério da acumulação de demoras e incumprimento de prazos, já que muitos meses são passados sobre a data em que as obras deveriam ter começado. Na própria nota de edilidade pode ler-se que “o projecto de demolição parcial e de contenção periférica das galerias foi aprovado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada a 29 de Setembro, sendo que a 4 de Outubro a ASTA pagou as respectivas taxas”. Quando se esperava que as obras de demolição começassem, enquanto na Câmara seguia o processo de apreciação técnica das “especialidades” da nova unidade hoteleira aprovada para a zona, contra a vontade de grande parte da população, eis que tudo continua sem qualquer seguimento, depois de a entidade promotora ter pedido que as obras não começassem na época alta (de 2019) para evitar impactos sonoros e poluentes aos hotéis adjacentes ao local. Passou a época alta e estamos quase em nova “época de turismo” e não há uma explicação que justifique mais este adiamento.

Para além de o processo ser muito pouco claro desde o princípio, para além de já ter conhecido várias fases e muitas complicações, como nunca se constou na triste história de mistura entre interesses públicos e privados, para além de todo o aproveitamento político que à volta deste assunto já foi feito ao longo dos anos, é imperdoável e demonstrativo da incapacidade de quem nos governa que não haja coragem de vir a público dar uma explicação sobre os verdadeiros motivos – que os há e que envolvem responsabilidades – para estes sucessivos adiamentos, contrariando o que há muitos meses disse um responsável da empresa promotora, segundo o qual as obras iam começar brevemente. Um “brevemente” que se eterniza.

Ou seja, de um espaço público fizeram um negócio privado. Estragaram irremediavelmente uma zona com séculos de história e depois, para tentar corrigir o que não se pode corrigir, prometem “redução de volumetria” e devolução de espaço ao usufruto público. Não contentes com tudo isto, carregam o local com um monstro de betão, como sendo a única contrapartida para o assunto. E mesmo assim, assumindo-se que não há como fugir a esta fatalidade, a resposta que é dada a tudo isto é este manto de silêncio e demora que nos envergonha e que faz com que o cidadão comum diga que afinal, aqui também há “donos disto tudo”.

Santos Narciso

Luís Machado da Luz, vogal do Conselho de Administração da Portos dos Açores

“Cruzeiros funcionam como montra dos destinos para que os passageiros regressem como turistas”



págs. 8 e 9

Morte de pescador da Calheta recordada cem anos depois na Ermida da Mãe de Deus

págs. 2 e 3



Ribeira Chã acolhe Festival da Malassada pela sétima vez



pág. 6

Artesanato e doçaria complementam-se na originalidade e delicadeza da “Dona Cerejeira”



págs. 4 e 5